

2024



**ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSORA MARIA HELENA
DE ABREU MORAES**

**[PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO]**

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional da **Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes**, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

É a educação que faz o futuro parecer um lugar de esperança e transformação.

Marianna Moreno

Sumário

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	6
3. Histórico	7
4. Missão	7
5. Diagnóstico	7
5.1. IDEB da Instituição	7
5.2. SAEGO ALFA	8
5.3. Forças	9
5.4. Fraquezas	9
5.5. Oportunidades	9
5.6. Ameaças	9
5.7. Resultados Finais do Ano Anterior	9
6. Objetivos	10
6.1. Objetivo Geral	10
6.2. Objetivos Específicos	10
7. Fundamentos da Educação Básica	10
7.1. Princípios Legais	10
7.2. Princípios Epistemológicos	11
7.3. Princípios didático-pedagógicos	12
7.4. Princípios Éticos	13
7.5. Princípios Estéticos	13
8. Estrutura e Funcionamento da Instituição	13
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	13
8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos	14
8.3. Organização das turmas e Participação Discente	15
8.3.1. Educação Infantil	15
8.3.2. Ensino Fundamental I e II	15
8.3.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado	15
8.3.4. Regimento Escolar	16
8.3.5. Conselho de Classe	16
8.4. Recursos humanos	17
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	17
8.4.2. Docentes	18

8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais	18
9. Organização Curricular.....	18
9.1. Educação Infantil	18
9.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos	20
9.3. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica	24
10. Projetos Pedagógicos.....	27
10.1. Municipalizados.....	27
10.2 Projetos Municipais Facultativos	34
10.3 Projetos da Instituição.....	35
10.4. Temas Transversais	36
10.5. Laboratório de Informática	37
11. Avaliação	37
11.1. Critérios de Avaliação.....	37
11.1.1. Educação Infantil	37
11.1.2. Ensino Fundamental.....	38
11.1.2.1. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano.....	38
11.1.2.2. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos.....	38
11.1.3. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ..	38
11.2. Recuperação Paralela.....	39
11.3. Recuperação Especial	40
11.4. Progressão Parcial	40
12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	41
13. Referências Bibliográficas	45
14. Ata de Aprovação	46
15. Anexos.....	48

1. Apresentação

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel sócio educativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

Sabedores que a educação é um processo pelo qual se busca conhecimentos para levar o educando a se tornar crítico e conhecedor de seus direitos e deveres, a equipe gestora da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes juntamente com o corpo docente e discente elaborou coletivamente o presente Projeto Político Pedagógico visando à melhoria na qualidade do ensino e do trabalho em equipe.

Falar da educação como um campo de conhecimento, é compreender que a educação é um campo de investigação e pesquisa que leva o indivíduo a enriquecer cada vez mais seus conhecimentos.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome:		
Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes		
Endereço:		
BR 040 – Km 128 – Entrada à Esquerda – distante 15 Km da pista Assentamento Manacá - Área comunitária 01 - 73.850-000 - Cristalina – GO		
Endereço Eletrônico:		
escolamariahelena@crystalina.go.gov.br		
Localização:		
Zona rural		
CNPJ:	Código INEP:	Forma de Manutenção:
Nº 27.036.561/0001-05	Nº 5202491	Pública mantida pela PMC
Lei de Criação:		
Nº 2082 de 15/09/2011		
Ato Autorizativo em Vigor:		
CME Nº 64 de 04/09/2023 vigência até 04/09/2026		
Níveis e Modalidades Ofertados:		
Educação Infantil – Pré-Escola Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Anos Finais		
Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:		
Matutino – 7:30 às 11:45 horas		

3. Histórico

A Escola foi criada em 2011, pela Portaria 1971/96, pela Secretaria Municipal de Educação, passando a denominar-se Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes em homenagem a uma professora que prestou seus serviços em prol da educação em escolas desta região.

A Escola foi construída por Furnas Centrais Elétricas em contrapartida a obra da Hidrelétrica Batalha que precisou remanejar famílias dos Assentamentos Vista Alegre e Buriti das Gamelas dando origem ao P. A. Manacá, antiga Fazenda São Cristóvão.

As atividades da escola tiveram início no dia 12 de setembro de 2011 com o apoio da Prefeitura Municipal que equipou as salas com móveis e equipamentos necessários e contratou professores e funcionários. Na ocasião contávamos com 52 (cinquenta e dois) alunos que, até então estavam estudando provisoriamente na Escola Municipal José Gomes Gonçalves I.

A cerimônia de Inauguração, se deu no dia 16 de setembro deste mesmo ano e contou com a presença de autoridades municipais, de representantes de Furnas e também de familiares da professora homenageada, bem como a comunidade local.

Desde sua inauguração a escola passou a ser anexo da Escola Municipal José Gomes Gonçalves I, sob a direção da Professora Dora Gonçalves de Carvalho Botelho e sob a Coordenação Geral da professora Nilva de Araújo Alcântara. Atualmente a escola está regularizada de acordo com a Resolução CME Nº 038 de 07 de junho de 2017 sob direção da Professora Dirlei Dal'Maz Teixeira.

Desde o início de suas atividades a escola funciona no turno matutino com turmas de 1º ao 9º ano, atualmente a escola atende crianças da Educação Infantil agrupamento de 04 e 05 anos. Em 2023 encerrou o ano letivo com 93 alunos (noventa e três alunos). Atualmente a escola atende 79 alunos (setenta e nove alunos).

Além de atender os alunos moradores do Projeto de Assentamento Manacá, a escola também atende alunos do Projeto de assentamento Barra Grande e de fazendas circunvizinhas.

A partir de 2021 dentro do processo ensino-aprendizagem a participação no Programa Alfamais, implantando novas metodologias para o desenvolvimento na alfabetização e demais séries, vem contribuindo para o avanço da aprendizagem.

4. Missão

Promover um conhecimento sistêmico, tornando o aluno questionador e capaz de aplicar o conhecimento adquirido; valorizando a realidade a qual estão inseridos educando-os para uma conscientização ambiental que os leve a preservar a natureza da qual todos somos dependentes.

5. Diagnóstico

5.1. IDEB da Instituição

		Aprendizado	Fluxo	IDEB	Meta
ANOS INICIAIS	2019	5,28	0,93	4,9	5,2
	2021	-	-	-	5,2

	2023				
ANOS FINAIS	2019	4,77	1	4,8	5,0
	2021	-	-	-	5,0
	2023				

Fonte de pesquisa <http://www.qedu.org.br>

5.2. SAEGO ALFA

SAEGO ALFA 2º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2022		2023			2022		2023		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVO LU ÇÃO ↑↓	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVO LU ÇÃO ↑↓
50%	504	91%	529	+25	50%	540	91%	497	-43
LÍNGUA PORTUGUESA (Escrita)									
50%	626	91%	606	-20					

FONTE: Resultado Saego Alfa 2022/2023

SAEGO ALFA 5º ANO									
LÍNGUA PORTUGUESA					MATEMÁTICA				
2022		2023			2022		2023		
% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVO LU ÇÃO ↑↓	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	% PARTICIPAÇÃO	PROFICIÊNCIA	EVO LU ÇÃO ↑↓
85%	199	85%	182	-17	85%	220	85%	202	-18

FONTE: Resultado Saego Alfa 2022/2023

5.3. Forças

- A confiança da Comunidade Escolar na Instituição;
- Instalações físicas de boa qualidade;
- Equipe escolar atuante, comprometida e unida;
- Transporte para alunos e professores;
- Organização administrativa;
- Merenda de qualidade.

5.4. Fraquezas

- Turmas multisseriadas;
- Falta de tempo escolar para reforço de aprendizagem;
- Matrículas sazonais que estimulam rotatividade dos alunos;
- Cobertura da quadra poliesportiva.

5.5. Oportunidades

- Cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação;
- Acesso à tecnologia;
- Parcerias comprometidas com a escola em todos os âmbitos;
- Projetos educacionais que estimulam o desenvolvimento educacional;
- Participação em Programas de treinamento e formação AlfaMais Goiás;
- Apoio com entrega dos kits escolares.

5.6. Ameaças

- Baixo número de matrículas;
- Má conservação das estradas rurais;
- Faltas de um profissional na biblioteca para assessorar o desenvolvimento na leitura;
- Multisseriação das turmas devido ao número reduzido de matrículas;
- Faltas dos alunos.

5.7. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transferidos	Evadidos	Matrícula Final	Aprovados	Reprovados	% Aprov.	% Repr.
Agrup. 4 anos	05	02	-	03	03	-	100%	0%
Agrup. 5 anos	10	02	-	08	08	-	100%	0%
1º Ano	08	02	-	06	06	-	100%	0%
2º Ano	14	02	-	12	12	-	100%	0%
3º Ano	10	04	-	06	06	-	100%	0%
4º Ano	08	01	-	07	07	-	100%	0%
5º Ano	13	02	-	11	11	-	100%	0%
6º Ano	14	01	-	13	13	-	100%	0%
7º Ano	07	02	-	05	05	-	100%	0%
8º Ano	09	01	-	08	08	-	100%	0%

9º Ano	16	02	-	14	14	-	100%	0%
--------	----	----	---	----	----	---	------	----

Fonte Ata de Resultado Final 2023

6. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

Implementar práticas pedagógicas que contribuam para o pleno desenvolvimento no processo ensino – aprendizagem, colaborando para a formação dos alunos, enquanto cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

6.2. Objetivos Específicos

- Propiciar momentos de reforço da aprendizagem para os alunos que apresentem dificuldades na leitura, devido ao processo da pandemia,
- Promover eventos culturais que despertem o gosto pela educação no campo e que resgatem as tradições do local onde vivem, além de datas comemorativas (dia das mães, dos pais, do estudante, da criança, dos professores, semana do folclore, da primavera, entre outros);
- Desenvolver ações de complementação pedagógica, tais como: passeios ecológicos; visitas a locais educativos (templo da ciência, zoológico, pontos turísticos); projetos de leitura e escrita, gincanas educativas;
- Promover eventos culturais envolvendo a participação dos pais, visando à integração da comunidade e instituição de ensino;
- Buscar parcerias com órgãos e/ou instituições para a melhoria e aprimoramento da Escola.
- Implementar monitoramento para avaliar o desenvolvimento do aprendizado em todas as fases
- Promover momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas entre o corpo docente e a gestão escolar a fim de melhorar o desempenho dos alunos;
- Manter contato com os pais sobre falta dos alunos, para não prejudicar seu desempenho escolar.

7. Fundamentos da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº 9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Lei nº 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do aluno em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição. Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando os alunos em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do aluno;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos dos alunos e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente

simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do aluno no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

Em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica

A instituição apresenta como organograma de organização administrativa:



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	01	X	-
Secretaria	01	X	-
Sala de professores	01	X	-
Sala de coordenação pedagógica	01	X	-
Sala de leitura ou biblioteca	01	X	-
Sala de TV e vídeo	-	-	-
Sala de informática	01	X	-
Sala de Recursos/AEE	01	X	-
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	09	X	-
Almoxarifado	-	-	-
Depósito de material de limpeza	01	X	-
Despensa	01	X	-
Refeitório	-	-	-
Pátio coberto	01	X	-
Quadra de esportes descoberta	01	X	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-
Cozinha	01	X	-
Sanitário dos funcionários	01	X	-
Sanitário dos alunos	03	X	-

Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	01	X	-
Rampas	01	X	-
Corrimão	-	-	-

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino			
Agrupamento	Turma	Nº alunos	Sala m ²
4 anos	ÚNICA	06	48
5 anos	Multissérie	05	
TOTAL DISCENTE		11	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2024 – Sistema Megasoft

8.3.2. Ensino Fundamental I e II

Período Matutino			
Série/Ano	Turma	Nº alunos	Sala m ²
1º ano	ÚNICA	07	48
2º ano	Multissérie	04	
3º ano	ÚNICA	10	48
4º ano	ÚNICA	04	48
5º ano	Multissérie	07	
6º ano	ÚNICA	08	48
7º ano	Multissérie	10	
8º ano	ÚNICA	04	48
9º ano	Multissérie	07	
TOTAL DISCENTE		61	

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2024 – Sistema megasoft

8.3.3. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM). Os alunos são atendidos pela professora do AEE da Escola Municipal José Gomes Gonçalves, que vem à escola semanalmente na segunda e terça-feira.

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A professora Senir Almeida Silva Ramos é a profissional responsável pelo AEE da instituição não tem especialização em educação especial, mas recebe formação continuada pela Assessoria da Educação Especial.

São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I- Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos estudantes/crianças público-alvo da Educação Especial;

II- Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III- Organizar o tipo e o número de atendimentos aos estudantes/crianças na sala de recursos multifuncionais;

IV- Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V- Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI- Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo estudante/criança;

VII- Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes/crianças, promovendo autonomia e participação;

VIII- Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos estudantes/crianças nas atividades escolares, auxílio na elaboração e adequações curriculares e de ambiente.

8.3.4. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A Resolução CME nº 022 de 28/02/2024 que aprova o Regimento Escolar do Sistema Municipal de Ensino.

8.3.5. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem dos alunos e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou aluno.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se os alunos serão aprovados ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto dos alunos quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de alunos, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem dos alunos. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada aluno deve ser visto individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada aluno, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto os alunos têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhorias desde as considerações do último conselho e também apontar os alunos que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Diretora	Dirlei Dal'Maz Teixeira	História	Efetivo
Secretário(a) Geral	Iva Néia	Agronomia/Licenciatura em Pedagogia e Biologia	Efetivo
Coord. Pedagógico Anos Iniciais e Anos Finais	Lidiane Nunes Siqueira	Pedagogia	Efetivo

FONTE: Modulação 2024

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Elaine Francisco Xavier	Licenciatura – Pedagogia	Professora Multissérie Agrupamento 04 e 05 anos/matutino	Temporário
Keila Joaquim de Lima	Licenciatura – Pedagogia	Professora Multissérie 1° e 2° ano / matutino	Efetivo
Juliana Maria da Rocha Rodrigues	Licenciatura – Pedagogia	Professora 3° ano/ matutino	Temporário
Adriane Da Silva de Jesus	Licenciatura – Pedagogia	Professora Multissérie 4° e 5° ano/matutino	Temporário
Eliane Francisco do Nascimento Braga	Letras	Professor 6° ao 9° ano / matutino	Temporário
Fábio Wesley dos Santos Oliveira	Licenciatura – Matemática	Professor 6° ao 9° ano / matutino	Efetivo
Rita Paula Vieira dos Santos	Licenciatura – Educação Física	Professora 1° ao 9° ano / matutino	Efetivo

FONTE: Modulação 2024

8.4.3. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Jailma Valeriano da Silva	Licenciatura Pedagogia	Merendeira	Efetivo
João Tavares Neto	Ensino Médio	Vigia noturno	Efetivo
Romildo Thomaz da Silva	Ensino Médio	Vigia noturno	Nomeação
Fabiana de Jesus Santos Dias	Licenciatura Pedagogia	A.S.G	Efetivo
Kauane Gomes Figueiredo	Ensino Médio	A.S.G.	Nomeação
Erivaldo Gomes da Silva	Ensino Fundamental Incompleto	Vigilante	Nomeação

FONTE: Modulação 2024

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, **Resolução** CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos

sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de

interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos

Os conteúdos curriculares são determinados pela Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME 30/2019.

Os componentes Curriculares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos estão organizados em áreas de conhecimento com competências específicas para o alcance das competências gerais de aprendizagem pautadas na BNCC:

LINGUAGENS	Língua Portuguesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem. 2. Apropriar-se da linguagem escrita, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, de construir conhecimentos (inclusive escolares) e de se envolver com maior autonomia e protagonismo na vida social. 3. Ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, e continuar aprendendo. 4. Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos. 5. Empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. 6. Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais. 7. Reconhecer o texto como lugar de manifestação e negociação de sentidos, valores e ideologias. 8. Selecionar textos e livros para leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho etc.). 9. Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. 10. Mobilizar práticas da cultura digital, diferentes linguagens, mídias e ferramentas digitais para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.
	Arte	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades. 2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações. 3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando--as nas criações em Arte. 4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte. 5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística. 6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade. 7. Problematicar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas. 8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes. 9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

CIÊNCIAS HUMANAS	Educação Física	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual. 2. Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais, além de se envolver no processo de ampliação do acervo cultural nesse campo. 3. Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais. 4. Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas. 5. Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes. 6. Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam. 7. Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos. 8. Usufruir das práticas corporais de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde. 9. Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário. 10. Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, danças, ginásticas, esportes, lutas e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
	Língua Inglesa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho. 2. Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão dos valores e interesses de outras culturas e para o exercício do protagonismo social. 3. Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna/outras línguas, articulando-as a aspectos sociais, culturais e identitários, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade. 4. Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas. 5. Utilizar novas tecnologias, com novas linguagens e modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável. 6. Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.
	Geografia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas. 2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história. 3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem. 4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas. 5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. 6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza. 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

	História	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.
MATEMÁTICA	Matemática	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho. 2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. 3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções. 4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes. 5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. 6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados). 7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

CIÊNCIAS DA NATUREZA	Ciências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico. 2. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 3. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza. 4. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho. 5. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza. 6. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética. 7. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias. 8. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos. 2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios. 3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida. 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver. 5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente. 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

9.3. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica

PROGRAMA ALFAMAIS GOIÁS/COMPROMISSO NACIONAL DA CRIANÇA ALFABETIZADA	<p>O Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), visa a redução dos índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas nas redes públicas de ensino. Também objetiva assegurar a alfabetização completa na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental.</p> <p>Para que a alfabetização das crianças seja concluída na idade certa, Estado e municípios irão trabalhar juntos na execução de ações voltadas a professores e estudantes da Educação Infantil e 1º, 2º e 5º anos do Ensino Fundamental. Assim, para o ano de 2024 está previsto a distribuição de materiais didáticos de apoio à alfabetização para professores e estudantes.</p>
	<p>A ADA é uma avaliação diagnóstica contínua que aponta para propostas de intervenção pedagógica a serem realizadas em sala de aula. O Projeto ADA é dividido em ciclos (bimestres) durante o ano letivo, cada ciclo é composto por etapas, intermediadas por um Plano de Intervenção, sendo:</p> <p>1ª etapa – desenvolvimento do currículo e das avaliações normais da série.</p>

<p>AVALIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE APRENDIZAGEM</p>	<p>2ª etapa - avaliação, ao final de cada bimestre, com objetivo de acompanhar o aprendizado do estudante no decorrer do bimestre.</p> <p>3ª etapa – intervenção para recuperação do déficit de aprendizado, utilizando materiais complementares como Aprender Mais, Estudos Compartilhados entre outros.</p> <p>A ADA é elaborada a partir das habilidades de aprendizagem da Base Nacional Comum Curricular, Documento Curricular para Goiás e o Plano Curricular Municipal e dos descritores de Língua Portuguesa, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, relacionados na Matriz de Referência do SAEB.</p>
<p>CURRÍCULO CERNE</p>	<p>Se refere a um grupo de conteúdos que incorporam habilidades e conhecimentos considerados essenciais e que se fazem mandatórios para todos os alunos. Envolve curso de estudos que é considerado central para as circunstâncias da vida atual e futura, uma vez que o progresso dos alunos vai estar comprometido se essas habilidades chave não forem aprendidas primeiramente. É um princípio da construção civil metaforicamente transposto para a educação – “As fundações devem obrigatoriamente estar fortes para depois construir a casa”.</p>
<p>INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela, etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas dentro outros. 2. O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja este acompanhamento intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e se necessário alertar a família. 3. Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores são caprichosos, ensinarem os alunos, eles também o serão. 4. Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que seja feita correção no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil a correção deve ser feita preferencialmente na presença do aluno como momento de construção de aprendizagem 5. As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma sob orientação do coordenador pedagógico. Com utilização de diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do aluno. 6. Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar. 7. O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o aluno, respeitando sua altura. 8. Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência evitar o excesso de atividade xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir. 9. Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades. 10. O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil e as Competências Específica no Ensino Fundamental. 11. O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas. 12. A instituição escolar tem uma hierarquia. Normas a serem seguidas bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência, do respeito. O registro científico e testemunhado é um documento.

	<p>13. Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.</p> <p>14. Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.</p>
<p>PARADA PEDAGÓGICA / REFLEXÃO PEDAGÓGICA</p>	<p>A formação contínua do professor deverá ser feita buscando-se o papel ativo do professor que, através da reflexão adquirirá conhecimento crítico de sua ação docente, podendo a partir daí reconstruir os condicionantes de sua ação e os pressupostos de suas escolhas cotidianas.</p> <p>As reuniões são um momento precioso para o aprendizado, já que os professores têm a chance de discutir sobre alunos que precisam de uma atenção especial e até mesmo melhorar o relacionamento com os colegas de trabalho. Esses encontros devem ser planejados e diretos, mas também existe espaço para dinâmicas e atividades interativas que ajudem a alcançar os objetivos desejados pelo corpo docente.</p> <p>Serão estabelecidas como diretrizes para as Parada Pedagógicas e/ou Reflexões Pedagógicas na Rede Municipal de Educação de Cristalina:</p> <p>1º. A Parada Pedagógica e/ou Reflexão Pedagógica é dia letivo conforme o Calendário Municipal e deve ser cumprido no horário normal de funcionamento das instituições.</p> <p>2º. Conforme legislação se houver a participação do Conselho Escolar não é obrigatória a presença de alunos.</p> <p>3º. Deve ser planejada como momento de formação continuada e seguir um planejamento com objetivos determinados pelo Departamento Pedagógico da SME.</p> <p>4º. A Parada Pedagógica e/ou Reflexão Pedagógica é também momento de orientação das ações da instituição e deve envolver todos os funcionários da escola.</p>
<p>PLANO EMERGENCIAL DE ESTUDOS NÃO PRESENCIAL</p>	<p>Será utilizado com a suspensão das atividades escolares presenciais na Rede Municipal por razões de ordem pública determinadas por Decreto, e fizer necessário a implementação de um PLANO EMERGENCIAL DE ESTUDOS NÃO PRESENCIAL que objetiva a continuidade dos estudos na educação básica, utilizando variados meios de orientação, apoio e encaminhamento de atividades.</p> <p>ORIENTAÇÕES GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informar a toda a equipe docente sobre os procedimentos adotados pela SME, inclusive da obrigatoriedade que sejam cumpridos; • Criar grupos de whatsapp, telegrama ou outras mídias pertinentes por turma para que sejam enviadas orientações e atividades. É obrigatório que o professor de cada turma e coordenador pedagógico e de turno participem dos grupos, o primeiro como orientador e os demais como supervisores das atividades. • Os estudantes dos Agrupamento ao 5º ano precisam de supervisão e acompanhamento dos responsáveis portanto encaminhem orientações claras aos pais. • Os estudantes de 6º ao 9º ano têm mais autonomia de estudos e podem ser mais responsabilizados quanto a seu plano de estudos, mas os responsáveis devem ser cientificados sobre a importância deste momento. • Os professores continuarão trabalhando, exclusivamente em <i>home office ou seja</i> em casa; • As horas dispensadas nos estudos dirigidos à distância serão computados posteriormente para a composição da Carga Horária mínima exigida pela Lei 9394/96, conforme estabelece a Medida Provisória da Presidência da República nº 934/2020. A regulamentação deste cômputo cabe aos Conselhos de Educação; • Disponibilização dos Materiais Escolares dos Alunos – todas as instituições cujo material didático dos alunos, livros e cadernos, estejam guardados nelas

se organizarão nos próximos dias para fazer a entrega destes aos responsáveis; esta entrega de materiais deverá ser absolutamente planejada para evitar aglomeração de pessoas, ser rápida, abranger a maioria dos alunos e respeitar todos os princípios estabelecidos de higiene e (não) contato entre as pessoas. Sugere-se cronograma de turmas e horários com apoio dos funcionários que não sejam dos grupos de risco da pandemia COVID 19 ou que residam em meio, rural e urbano, diferente do da instituição de lotação ou outro município. Excetua-se desta orientação estudantes dos Centros de Educação Infantil cujas atividades pedagógicas devem ser orientadas com materiais facilmente disponíveis nas residências, contação de histórias, músicas, entre outros;

- **Avaliações** – Neste período de Estudos não presenciais a aplicação de avaliações ficará suspensa, no retorno à regularidade letiva serão feitas orientações pedagógicas adequadas para o procedimento de verificação de aprendizagem deste período e fechamento dos bimestres. Excetua-se desta orientação a Educação de Jovens e Adultos, que fará a aplicação de avaliações não presenciais e o lançamento de notas no Diário Eletrônico em método a ser orientado diretamente pelo coordenador da modalidade, dada autonomia da faixa etária que a modalidade contempla;
- Ressalta-se que as atividades à distância diferem da regularidade e organização até então vivenciada nas instituições de forma presencial, portanto é preciso equilíbrio no envio de materiais, seleção de conteúdos e atividades, respeitando a disponibilidade de recursos tecnológicos das famílias, bem como sua capacidade cultural para acompanhamento domiciliar dos estudos. Cada instituição deve avaliar seu envio de atividades e fazer as adequações em sua metodologia de disponibilização de materiais para melhor atender seus alunos.
- É fundamental que se proceda a BUSCA ATIVA dos estudantes para que participem das atividades à distância, fazendo chegar, aos não servidos por internet, o plano semanal/quinzenal de atividades por meio impresso, colado no portão da escola, ligação telefônica entre outros. Nesta ação é necessária a participação dos funcionários administrativos verificando registros de contatos no sistema, pastas individuais e outros assentamentos da secretaria escolar.
- Aos estudantes participantes do Atendimento Educacional Especial – AEE deve ser assegurado que recebam atividades adaptadas.
- Rotina Administrativa e Pedagógica – as secretarias escolares e demais serviços escolares podem continuar com a rotina administrativa de alimentação do sistema, lançamento do censo, organização de arquivos, atualização de cadastros entre outros, finalização do PPP. Para tanto é preciso fazer escala de funcionários evitando aglomerações, que não sejam pertencentes aos grupos de risco e observadas as normas de higienização e que se evite o deslocamento por transporte público; faz parte ainda desta orientação o revezamento para verificar a segurança da instituição, por exemplo lâmpadas, portas abertas, entrada de alheios, torneiras entre outros. Não haverá atendimento ao público a não ser por meios de comunicação tais como telefone, e-mail entre outros.

10. Projetos Pedagógicos

10.1. Municipalizados

PROJETO: COMBATE AO BULLYING

Objetivo Geral:	Implementar ações de discussão, prevenção e combate ao bullying e cyberbullying no âmbito da Rede Municipal de Educação.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none">• Cumprir a Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015.• Identificar precocemente casos de bullying.• Criar espaços no interior da escola para escuta e discussão sobre o tema.• Mobilizar os discentes a reflexão sobre bullying, por meio das artes, literatura e concursos.<ul style="list-style-type: none">• Orientar os pais sobre a temática.• Estimular a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz.• Mobilizar professores a trabalhar o tema em sala de aula.• Esclarecer aos alunos o que é bullying e cyberbullying e as consequências na vida dos outros.• Desestimular a prática do bullying e cyberbullying no ambiente escolar.

PROJETO: ESCOLA DE PAIS “CONECTANDO FAMÍLIAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Objetivo Geral:	Conscientizar as famílias e educadores sobre o que seja realmente participação e relação família-escola, e envolvê-las na vida escolar dos estudantes, assim como, promover sua participação efetiva nas ações escolares e na tomada de decisões.
Público Participante:	Famílias e comunidade escolar.
Objetivos Específicos:	<p>Proporcionar através dos encontros com as famílias, um melhor desenvolvimento das crianças para estarem mais preparados emocionalmente e cognitivamente para o ensino-aprendizagem. Sabemos que o foco da escola e da família é o mesmo, o maior e melhor desenvolvimento dos alunos, e por isso a parceria entre essas bases precisa estar muito bem fortalecida e equilibrada, para que de fato o indivíduo possa receber uma educação de qualidade e efetiva. Juntos é possível fortalecer conhecimentos importantes para que essa educação possa acontecer através da proposta de conseguir unir escola e família para trabalhar em conjunto pelo melhor para os educandos.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Encontros temáticos de caráter socioemocional, comportamental, pedagógico, social, interacional, informativo, formativo, lúdico com trocas de experiências para as famílias e educadores, com encontros periódicos no modo on-line;2. Participação de toda comunidade escolar e validação da proposta a cada encontro através da participação efetiva dos presentes, por meio dos relatos das experiências exitosas nos encontros, nos relatos dos gestores escolares e professores, e também pelas rodas de conversas/escuta e pesquisas promovidas pela equipe da SME;3. Os temas, ações e propostas da “Escola de pais” (Conectando Famílias), são sugeridos por todos os segmentos e atores que compõe a educação do município. O princípio do não-julgamento e escuta ativa inseridos na proposta é o que move esse projeto e permite o alcance dos resultados exitosos.

PROJETO: ZERO TELAS

Objetivo Geral:	Proporcionar aos pais, alunos e comunidade da rede de ensino, refletir na inserção de melhores hábitos na rotina das crianças e adolescentes, visando reduzir os efeitos negativos do sedentarismo, como por exemplo o estresse, ansiedade, obesidade entre outros. Além de aprimorar a performance física e mental dos alunos, oferecer oportunidades de saúde, qualidade de vida e desenvolvimento educacional.
Público Participante:	Pais, alunos e comunidade da rede de ensino.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none">• Conscientizar pais e alunos a reduzir o uso de telas, buscando uma forma de desconectar os mesmos das telas e melhorar as relações sociais fora do virtual.• Buscar melhorar o desempenho de tarefas que envolvem memória, atenção e resgate de atividades lúdicas.• Instrumentalizar os pais, os alunos e professores para que possam ter maiores conhecimentos, de modo a atuar mais preparados, capacitados e dessa forma, buscar maior compreensão no comportamento e nas ações do aluno visando a saúde e o ensino aprendizagem.• Apontar que o uso excessivo de eletrônicos, piora a capacidade de regular comportamentos e emoções, causa prejuízo cognitivo, afeta e compromete as habilidades motoras.• Informar e orientar pais e responsáveis, alunos e comunidade sobre o tema, visando contribuir com o uso consciente das telas.• Oferecer alternativas para que os alunos fiquem longe das telas.• Guiar as crianças e adolescentes pelo nosso exemplo, pois os adultos também estão mais tempo online, por isso, a situação é difícil.• Capacitar o docente e a equipe pedagógica para atuação com alunos por meio de projetos como resgate de brincadeiras e atividades lúdicas.• Promover a criatividade de forma divertida com oficinas artísticas.• Inserir uma atividade física na rotina diária para diminuir o tempo de tela das crianças e adolescentes e convidá-las para uma atividade física.• Contribuir para o desenvolvimento das abordagens metodológicas no trabalho com os alunos que apresentam influência negativa quanto ao uso de telas.• Desenvolver ações capazes de promover a socialização, a autoestima, a autonomia, a linguagem, o pensamento e a socialização.• Ouvir os alunos e pais, buscar compreender como o uso de telas está afetando-os.• Observar alguns transtornos ligados à saúde física, mental e às relações familiares, escolares e de amizades.• Criar e brincar com seus próprios brinquedos impulsionam as crianças a uma vida menos sedentária, promove saúde física, coordenação, flexibilidade e é sempre motivo de alegria quando a tarefa tem também a participação dos familiares.• Valorizar os momentos juntos Café da manhã, almoço, janta e os lanchinhos em família podem se tornar oportunidades gostosas para diminuir o tempo de tela das crianças.• Prevenir os principais agravos decorrentes do uso inadequado das tecnologias digitais e visando estimular práticas saudáveis.

	<ul style="list-style-type: none"> • Substituir esse ambiente virtual pelas brincadeiras e atividades ao ar livre. <p>Abordar a necessidade de uma supervisão qualificada de um adulto responsável, na navegação pelo ambiente digital.</p>
--	--

Apresentações Culturais	
Objetivo Geral	Desenvolver o trabalho interdisciplinar visando o entendimento global do mundo em que vivemos, focando temas relevantes ao enriquecimento curricular dos estudantes e o envolvimento da família e comunidade.
Objetivos Específicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar a família e a comunidade no contexto escolar; 2. Oportunizar aos alunos a possibilidade de apresentar coletivamente suas habilidades e competências nos conteúdos procedimentais; 3. Promover a realização de projetos que envolva várias disciplinas; 4. Valorizar os produtos culturais: naturais, artesanais e fabricados; 5. Estimular a harmonia nas relações interpessoais; 6. Resgatar valores culturais através da sabedoria popular; 7. Desenvolver o processo de leitura e escrita através de atividades contextualizadas; 8. Favorecer a integração social do grupo; 9. Desenvolver a expressão artística e corporal; 10. Socializar todos os integrantes da comunidade escolar através da troca de ideias e experiências.
TEMA DAS APRESENTAÇÕES CULTURAIS OLIMPÍADAS – ESPORTE: FONTE DE APRENDIZADOS PARA VIDA	
Justificativa	Estamos em um ano olímpico, e o esporte de modo geral, amplia nossa visão de mundo, nos impulsiona a vencer desafios, molda nossa conduta ética nas relações humanas, abre horizontes para conhecer melhor nosso corpo e nossas potencialidades, assim promover ações aproveitando esse período pode propiciar muitos aprendizados aos nossos alunos e comunidade escolar.
Abordagem Pedagógica	<ul style="list-style-type: none"> • Português; História, Geografia: Pesquisa sobre os temas abordados • Português; História, Geografia: Confeção de cartazes e murais; • Arte: Apresentação artística; • Divisão dos subtemas entre as séries; • Arte: Apresentação entre as turmas e seus subtemas; • Educação Física Práticas esportivas para estimular os conhecimentos adquiridos; • Divulgação para comunidade escolar dos trabalhos realizados • Todas as disciplinas: Uso de recursos audiovisuais.

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA	
Objetivo Geral:	Semana da Pátria reforça a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil , declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

Objetivos Específicos:	<p>A comemoração da “Semana da Pátria” é indispensável em nossas escolas, pois proporciona ao professor oportunidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar na criança o conceito de pátria; • Despertar o sentimento de patriotismo; • Formar atitude de respeito aos símbolos do Brasil. • Desenvolver a compreensão do passado histórico e da significação da data “Sete de Setembro”. • Incentivar o amor à pátria; • Reconhecer a bandeira como símbolo da Pátria; • Conhecer o fato mais importante da história do Brasil; • Valorizar a escola como participante de grandeza da Pátria; <p>Compreender a razão das festas da Semana da Pátria.</p>
-------------------------------	--

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS - OBMEP

Justificativa	A competição visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica; promover a difusão da cultura matemática; identificar jovens talentos; incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas e promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.
Objetivo Geral:	O objetivo principal é estimular o estudo da Matemática por meio da resolução de problemas que despertem o interesse e a curiosidade de professores e estudantes.
Público Participante	<p>Os alunos que participam da OBMEP são divididos em três níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível 1 – estudantes de 6º ou 7º anos do Ensino Fundamental • Nível 2 – estudantes de 8º ou 9º anos do Ensino Fundamental <p>Os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 6º ou 7º anos devem ser inscritos para as provas do Nível 1. Alunos de EJA do 8º ou 9º anos devem ser inscritos para as provas no Nível 2.</p>
Metodologia:	<p>1ª Fase: Aplicação da prova objetiva, de 20 (vinte) questões, diferenciadas por níveis em cada escola inscrita. A correção é feita pelos professores das escolas, a partir de instruções e gabaritos elaborados pela OBMEP.</p> <p>2ª Fase: Prova discursiva contendo 6 (seis) questões, também diferenciadas por níveis, aplicada em centros escolhidos pela OBMEP. Participam dessa fase apenas os alunos classificados, segundo os critérios descritos no Regulamento.</p>

OLIMPÍADA MIRIM DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Justificativa	O Sucesso da OBMEP NÍVEL A, dedicada a alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental, motivou o IMPA a criar a OLIMPÍADA MIRIM que buscará novos talentos da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
Objetivo Geral:	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular e promover o estudo da Matemática; - Estimular o estudo da matemática e identificar talentos na área. - Contribuir para a melhoria da qualidade da educação básica, possibilitando que um maior número de alunos brasileiros possa ter acesso a material didático de qualidade; - Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso em universidades, nas áreas científicas e tecnológicas; - Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas, contribuindo para a sua valorização profissional; - Contribuir para a integração das escolas brasileiras com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e com as sociedades científicas; - Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

Público Participante	Estudantes do 2º, 3º, 4º e 5º anos.
Metodologia:	A Olimpíada Mirim é composta por duas fases , ambas aplicadas pelas escolas. A primeira etapa consiste em uma prova classificatória com 15 questões de múltipla escolha. Alunos classificados nesta etapa poderão participar da segunda fase, também composta de 15 questões objetivas.

OLIMPÍADA BRASILEIRA DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Objetivo Geral:	A Olimpíada de Língua Portuguesa é um concurso de produção de textos para alunos de escolas públicas de todo o país. O tema das produções é “O lugar onde vivo”, que propicia aos alunos estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento sobre a realidade local, contribuindo para o desenvolvimento de sua cidadania.
Público Participante:	Poema - 5º ano do Ensino Fundamental Memórias literárias - 6º e 7º anos do Ensino Fundamental Crônica - 8º e 9º anos do Ensino Fundamental
Metodologia:	Com o apoio dos Cadernos do Professor, os professores desenvolvem as oficinas com todos os alunos da turma, além de trabalhar com uma metodologia que aborda conceitos curriculares previstos no ensino da língua portuguesa, em consonância com a BNCC.

SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Objetivo Geral:	O objetivo da semana é promover atividades para difundir conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de assistência e de denúncias existentes contra violência doméstica; integrar a comunidade no combate à violência contra a mulher; capacitar educadores; impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; entre outros.
Público Participante:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Objetivos Específicos:	Trabalhar no currículo da educação básica, conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher. Os temas deverão ser tratados de forma transversal.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	
Objetivo Geral:	O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.
Público Participante:	O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Objetivos Específicos:	O planejamento destas ações do PSE considera: o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. Para alcançar estes propósitos o PSE foi constituído por cinco componentes: a) Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; b) Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção; c) Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens; d) Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes;

	e) Monitoramento e Avaliação do Programa.
Temáticas abordadas	<p>Ações de saúde previstas no âmbito do PSE e que devem considerar atividades de promoção, prevenção e assistência em saúde, podendo compreender, entre outras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação clínica; 2. Avaliação nutricional; 3. Promoção da alimentação saudável; 4. Avaliação oftalmológica; 5. Avaliação da saúde e higiene bucal; 6. Avaliação auditiva; 7. Avaliação psicossocial; 8. Atualização e controle do calendário vacinal; 9. Redução da morbimortalidade por acidentes e violências; 10. Prevenção e redução do consumo do álcool; 11. Prevenção do uso de drogas; 12. Promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva; 13. Controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer; 14. Educação permanente em saúde; 15. Atividade física e saúde; 16. Promoção da cultura da prevenção no âmbito escolar.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA	
Objetivo Geral:	Resgatar valores sociais fundamentais, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.
Público Participante:	Estudantes, famílias, comunidade onde a instituição está inserida, órgãos públicos, etc.
Objetivos Específicos:	Sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos sobre os direitos fundamentais de cidadania das pessoas com deficiência e auxiliá-las como protagonistas de suas vivências com o envolvimento das famílias quanto as suas responsabilidades e a sua importância de sua participação no convívio social e acesso as políticas públicas, envolvendo as famílias e alertá-las quanto às suas responsabilidades e a importância de sua participação na vida do estudante contexto escolar.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (20 de novembro)	
Objetivo Geral:	O Dia da Consciência Negra, assim como todo o mês de novembro, marca a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade social no país. Fala também sobre avanços na luta do povo negro e sobre a celebração da cultura afro-brasileira.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos antirracistas; - Conscientização da comunidade escolar, além dos muros; - Levar mensagem antirracista para fora da escola; - Levar os estudantes a perceberem e dar visibilidade à questão de que o racismo existe e que precisa ser combatido.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA (1º sábado de junho)	
Objetivo Geral:	O Dia I do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

FAICRIS – FEIRA AGROINDUSTRIAL, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CRISTALINA

Objetivo Geral:	Divulgar as potencialidades econômicas de Cristalina e região do Entorno do Estado.
Público Participante:	Município de Cristalina, diversas cidades do Estado de Goiás e Brasília.
Objetivos Específicos:	Atrair novos consumidores e investidores; Realizar negócios; Lançar produtos; Promover e incentivar a cultura e entretenimento.

GINCANA DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Geral:	Em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, que acontece no dia 05 de junho, visando a conscientização da população, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura promovem "curso cultural" com as escolas públicas municipais e conveniadas. A iniciativa tem como finalidade trabalhar junto aos estudantes, que se utilizam de desenhos, frases, poesias e redações para despertar a criatividade e fortalecer os debates sobre a temática dos resíduos sólidos urbanos.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE (Lei Municipal Nº 2.558 de 22 de novembro de 2021)

Objetivo Geral:	Conscientizar sobre a guarda responsável de animais e Dar a atenção para o problema de maus tratos e abandono de cães e gatos em praças, parques, avenidas, ruas, bairros e estradas rurais do município que cresce cerca de 70% (setenta por cento) durante o mês de dezembro.
Público Participante:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Objetivos Específicos:	Trabalhar no currículo da educação básica, conteúdos relativos aos direitos dos animais. Realizar palestras e atividades educativas sobre o tema

10.2 Projetos Municipais Facultativos

PROJETO DOURADINHO

Objetivo Geral:	É uma ação cultural de educação ambiental voltado para a preservação dos rios e matas ciliares. Seu embaixador é o peixe cascudo Douradinho personagem do livro infanto-juvenil "Amiga lata, Amigo Rio", de Thiago Cascabulho.
Público Participante:	Recomendado que o projeto seja realizado por turmas de 3º, 4º e 5º anos do ensino Fundamental.
Objetivos Específicos:	<ol style="list-style-type: none">1. Incentivar à leitura e educação ambiental;2. Preservação dos rios e matas ciliares;3. Ler para aprender, para se divertir, para ver o mundo com outros olhos.

PROJETOS CULTURAIS DIVERSIFICADOS

Objetivo Geral:	A serem definidos no Edital do concurso/ projeto.
Público Participante:	

Objetivos Específicos:**10.3 Projetos da Instituição**

Projeto: OLIMPÍADAS DA PÁTRIA	
Justificativa	Por ser uma escola do campo a socialização através do esporte fica defasada por causa da distância, muitos não conhecem ou tem afinidade a certo tipos de esporte que podem ser incluídos no ambiente escolar.
Objetivo Geral:	Buscar interação, socialização entre discente, docentes e funcionários administrativos, incentivando a competição sadia e o respeito as regras e limites
Objetivos Específicos:	Promover a interação Conhecer as modalidades esportivas Demonstrar que a competição pode ser saudável; Incentivar a prática de esportes
Metodologia:	Dividir através de sorteio todos os membros da escola em duas equipes, sendo uma verde e a outra amarela, os membros de cada equipe serão organizados para participarem das competições por categoria e gênero. As competições serão realizadas em dias previamente comunicado às equipes, no primeiro horário de aula, em dias alternados. Categorias: mirim, infantil, infanto-juvenil e veteranos. Atividades esportivas: pular corda, arremesso de peso, bola ao cesto, futsal, chute ao gol, voleibol, corrida de obstáculos, queimada feminina.

Projeto: CAMPEONATO DE FUTSAL E ATLETISMO INTERESCOLAR	
Justificativa	Foram identificadas várias propostas de iniciação esportiva. O projeto foi elaborado para mostrar aos alunos que existem caminhos que mostram que o esporte pode ser também um meio educacional e pode contribuir muito para sua formação acadêmica e como cidadão. Utilizamos o futebol e outras modalidades esportivas coletivas como agente de ação democrática, contribuindo para que formemos cidadãos para melhor interação social e familiar.
Objetivo Geral:	Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral, bem como oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade.
Objetivos Específicos:	Interação dos alunos das escolas envolvidas; Incentivar a prática esportiva; Conhecer as modalidades esportivas; Desenvolver a competição sadia.
Metodologia:	A professora de Educação Física fará o regulamento e determinará as equipes das duas escolas envolvidas. A competição será desenvolvida na escola que oferecer maiores condições para o desenvolvimento da competição. As equipes serão formadas pelos alunos do Ensino Fundamental Anos Finais, as modalidades serão futsal e atletismo: corrida, salto à distância, etc. Será incentivado a participação de todos na torcida.

Projeto: PROJETO LEITURAS DO MUNDO

Justificativa	A leitura aprimora todas as áreas do conhecimento, assim todos os esforços para incentivar e promover o hábito da leitura em todas as fases escolares são de suma importância para o pleno desenvolvimento no processo educacional.
Objetivo Geral:	Estimular a leitura de diferentes gêneros textuais, para agregar conhecimento e desenvolver a fluência e produção textual.
Objetivos Específicos:	Diferenciar os gêneros textuais; Melhorar o vocabulário; Desenvolver a oralidade; Produzir textos com facilidade; Incentivar a prática da leitura como auxílio no desenvolvimento cognitivo.
Metodologia:	Horário da Leitura semanal, todas as turmas; Fichas literárias: alunos do 3º ao 9º ano; Construção de textos coletivos; Encenação de histórias para os alunos menores; Painéis com dicas de leitura; Maleta viajante – alunos da Educação Infantil e séries iniciais.

10.4. Temas Transversais

Os temas transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana com temas que abordam valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Através da tematização da **Ética** deverão ser abordados temas da atualidade que possam ser estudados e analisados de modo a estimular a autonomia na composição de valores dos educandos, auxiliando-os a se situarem nas interações sociais dentro da escola e da comunidade como um todo, abrangendo os principais grupos temáticos: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade.

Quanto ao tema **transversal** Meio Ambiente, devemos lembrar que não se reduz apenas ao ambiente físico e biológico, mas abrange também as relações sociais, econômicas e culturais. Através dessa visão devemos propiciar momentos de reflexões que induzam os alunos ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental.

Quanto ao tema **Orientação sexual** devemos lembrar que são questões a serem abordadas em sala de aula, apesar de abranger assuntos de foro íntimo. As abordagens estarão vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade, que poderão ser aprofundadas, a partir de evidências objetivas.

Pelo motivo da sociedade brasileira ser formada por diversas etnias, a abordagem da **Pluralidade Cultural** tem como missão respeitar os diferentes grupos e culturas que compõem o contexto étnico brasileiro, estimulando a convivência dos diversos grupos e fazendo dessa particularidade um fator de enriquecimento cultural.

O tema transversal **Trabalho/Consumo** torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como consumo, direitos, desemprego, etc.

A abordagem do tema **Saúde**, compreende as noções básicas de higiene e saúde, responsabilizando cada indivíduo pelo seu próprio bem-estar. Esse tema possui uma abordagem utilitária de assuntos como, Aids, uso de drogas e gravidez na adolescência, dentre outros. O **Programa Saúde na Escola** desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Os temas transversais devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para que seja possível transformar e aceitar uma visão diferenciada de mundo, de conhecimento e de ensino e aprendizagem.

A interdisciplinaridade e a transversalidade se completam, na realidade escolar, com o “olhar” de abordar o conhecimento, como algo ativo, inacabado, passível de transformação e de ser vinculado às questões sociais.

10.5. Laboratório de Informática

A sala de informática será exclusivamente utilizada para fins pedagógicos, no âmbito das atividades da instituição. Sua utilização é subordinada à coordenação pedagógica da escola com planejamento didático e cronograma de uso.

Todos os utilizadores devem usar a sala de informática com civismo, sentido de organização e disciplina, e devem ajudar a preservar os equipamentos, a sala e um bom ambiente de trabalho. O não cumprimento das normas de utilização, ou a utilização indevida dos equipamentos podem levar ao cancelamento da permissão de acesso à sala.

Só é permitido acessar a páginas da Internet que estejam diretamente relacionadas com a matéria da aula. Não é permitido efetuar o Download de arquivos que não estejam relacionados com as atividades pedagógicas.

Não é permitido utilizar programas de chats ou entrar em páginas de redes sociais sem que os mesmos estejam vinculados a uma proposta pedagógica.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do aluno nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária e provas.

A Recuperação Paralela é um direito do aluno e deverá ser cumprida conforme prevê a Resolução CME nº 59 de 27/09/2016.

11.1. Critérios de Avaliação

11.1.1. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);

- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.2. Ensino Fundamental

11.1.2.1. Ciclo de Alfabetização 1º e 2º ano

A avaliação para o 1º ano do Ensino Fundamental de 09 anos dar-se-á através de relatórios individuais (em anexo) conforme cumprimento das Matrizes Curriculares de habilidades, definidas, sendo vedada a retenção neste percurso.

No 2º ano a avaliação seguirá conforme normatização para o 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

11.1.2.2. Ensino Fundamental (2º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos

As avaliações se dispõem em testes, seminários, pesquisas, trabalhos individuais ou em grupo, apresentação teatral, ficha literária, provas entre outros instrumentos verificadores das expectativas curriculares.

1. Cada componente curricular deve ser avaliado através de pelo menos 03 (três) instrumentos avaliativos.
2. Cada instrumento avaliativo deve ter o valor máximo de 3.0 (três pontos).
3. Caso haja avaliação de produção atitudinal (por exemplo, participação, responsabilidade de caderno) a esta deve ser atribuído no máximo 1.0 (um ponto).
4. Aos trabalhos, pesquisas, dentre outros conforme prevê o artigo 5º da Resolução CME nº 59 de 27/09/2016, serão atribuídos 3,0 (três pontos).
5. Aos conteúdos procedimentais e conceituais serão atribuídos 6,0 (seis pontos) distribuídos em avaliações previamente planejadas junto à coordenação pedagógica da unidade escolar para aferição individualizada.
6. Todos os instrumentos de avaliação devem ser aplicados para mensuração do alcance das expectativas de aprendizagem propostas na referência curricular adotada.

11.1.3. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo aluno. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar.

É essencial considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do aluno, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

O aluno será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensório-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos alunos.

Assim, a avaliação do aluno com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - O aluno será avaliado, conforme o que foi planejado e registrado na Ficha de adaptação/ adequação curricular. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada aluno. O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como dos demais alunos, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais do aluno e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano, justificando a nota dada.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, o aluno será avaliado, gerando um registro do que foi observado, mediante o plano de atendimento individual elaborado pelo professor do AEE (segue modelo em anexo). No final do bimestre o professor deverá descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar.

Avaliar o desempenho escolar do aluno com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção do aluno na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

“A possibilidade de o aluno ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para o aluno e sua família”.

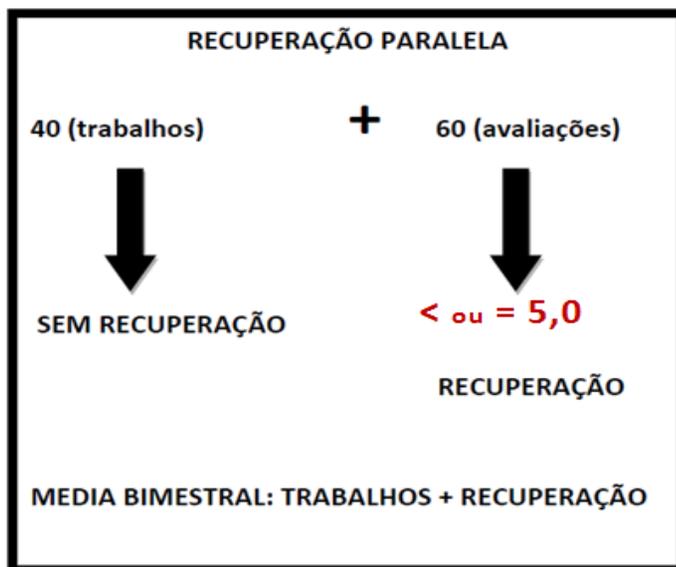
A decisão sobre a promoção ou retenção do aluno, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adequações curriculares do aluno e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as limitações reais desses alunos. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares se fazem, ainda, necessárias.

11.2. Recuperação Paralela

O aluno que demonstra dificuldade de desenvolvimento, em qualquer um dos aspectos citados acima, é assegurado o direito de acompanhamento especial, individualizado, e a recuperação paralela,

por equipe devidamente preparada, que seja capaz de contribuir de modo efetivo para a superação das dificuldades detectada. O processo de recuperação da aprendizagem deve ser contínuo e cumulativo. A Recuperação Paralela deve ser aplicada de acordo com o conteúdo programático bimestral, excluindo os 4,0 (quatro) pontos destinados aos outros instrumentos avaliativos como trabalhos, pesquisas, conceitos, etc., que por si só já são instrumentos de recuperação paralela. De acordo com a Resolução CME nº 110 de 26 de outubro de 2023 – Dispõe sobre a Padronização da Média Escolar nas Instituições de Ensino de Educação Básica jurisdicionadas ao Conselho Municipal de Educação de Cristalina-Goiás, a partir de 1º de janeiro de 2024, a média escolar 6,0 (seis) para aprovação.



11.3. Recuperação Especial

Segundo a Resolução CME Nº 59 de 29 de setembro de 2016, a Recuperação em época especial, de caráter facultativo à Unidade Escolar, após o cumprimento dos 200 (duzentos) dias letivos, tem por objetivo oferecer ao aluno condições favoráveis para alcançar o mínimo exigido para sua promoção, em até 03(três) disciplinas.

A Unidade Escolar deverá viabilizar estratégias diferenciadas para os estudos de recuperação, com acompanhamento o mais individualizado possível.

A Recuperação Especial será oferecida aos alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental que apresentarem conceito inferior a 6,0 (seis) pontos na média final da disciplina.

11.4. Progressão Parcial

A Progressão Parcial (ou dependência) em até 02 disciplinas será realizada conforme determina o Regimento Escolar Único, onde só será permitida a partir do 6º ano em até 02(duas) disciplinas e deverá ser concluída no ano posterior. Não há Progressão Parcial no 9º ano, uma vez que o aluno será transferido para outro Sistema Educacional o qual pode não adotar o regime de dependência. O Aluno com dependência no 9º ano só poderá receber o histórico após concluída a dependência.

A progressão Parcial não se vincula aos dias letivos, à carga horária anual e a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), mas, tão somente o programa de estudos, podendo ser concluído em qualquer período do ano letivo, de acordo com a avaliação do Conselho de Classe conforme Resolução do CME nº 059/2023.

12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA HELENA DE ABREU MORAES		
O que detectamos em 2023 que precisamos melhorar ou solucionar em 2024?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DOS ALUNOS	<ul style="list-style-type: none">• Necessidade de reforço na disciplina de matemática e Língua Portuguesa;• Dificuldade na dinâmica de adequação curricular para turmas multisseriadas principalmente os anos finais;• Alunos dos anos finais com dificuldades de leitura e interpretação;• Baixo rendimento na prática de produção textual;• SAEGO ALFA.	<ul style="list-style-type: none">• Formação continuada da Equipe Docente;• Fortalecer o vínculo com as famílias para que as mesmas se comprometam com o auxílio no desenvolvimento educacional dos alunos;• Diversificar as aulas, primando pela qualidade e não quantidade;• Desenvolver projetos que estimulem o aprendizado nas diversas áreas de conhecimento, afim de sanar deficiências apresentadas;• Buscar formas de adequação curricular para abranger os objetos de conhecimento em todas as disciplinas; nas séries individuais de forma a não prejudicar os alunos em caso de transferência.• Promover aulas de reforço e material pedagógico para sanar as dificuldades de leitura.• Desenvolver atividades frequentes para aprimorar a produção textual e seus diferentes gêneros. Recuperar as aprendizagens dos estudantes do 3º e 6º ano, das habilidades com déficit identificadas nos resultados do SAEGO ALFA do 2º e 5º ano.• Monitorar e promover a recuperação de aprendizagens dos estudantes identificados no SAEGO ALFA com baixa proficiência.

RELAÇÕES COM OS ALUNOS	<ul style="list-style-type: none"> • Não foi detectado nenhum problema que afetasse a relação interpessoal entre os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover ações esportivas e culturais que estimulem os alunos a preservar a boa socialização e interação existente; • Organizar seminários e apresentações para reflexão sobre temas relevantes para construção de uma sociedade melhor; • Promover eventos culturais que despertem o gosto pela educação no campo e que resgatem as tradições do local onde vivem, além de datas comemorativas (dia das mães, dos pais, do estudante, da criança, dos professores, semana do folclore, da primavera, entre outros); • Desenvolver ações de complementação pedagógica, tais como: passeios ecológicos; visitas a locais educativos (templo da ciência, zoológico, pontos turísticos); • Projetos de leitura e escrita, gincanas educativas; • Propiciar momentos de reforço da aprendizagem para alunos que apresentem dificuldades de leitura, devido ao processo de pandemia.
RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe problemas relacionados a relação interpessoal da equipe. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a harmonia da equipe para fortalecer o vínculo, a cordialidade e a interação, com momentos de reflexão e união; • Promover ações interativas nos momentos oportunos; • Promover momentos de reflexão sobre as práticas pedagógicas entre o corpo docente e a gestão escolar a fim de melhorar o desempenho dos alunos.
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa participação dos pais na vida escolar de seus filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover reuniões interativas, onde os pais sintam-se acolhidos e participantes do processo educativo; • Facilitar a comunicação entre os pais e professores em casos específicos. • Manter contato com os pais sobre falta dos alunos, para não prejudicar seu desempenho escolar; • Promover eventos culturais envolvendo a participação dos pais, visando à integração da comunidade e instituição de ensino.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">INFRAESTRUTURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cobertura da quadra poliesportiva; • Manutenção do espaço físico e estrutural do prédio escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Buscar apoio externo com os amigos da escola e Secretaria Municipal de Educação; • Encaminhar pedido aos órgãos competentes; • Buscar parcerias com órgãos e/ou instituições para a melhoria e aprimoramento da Escola; • Solicitar avaliação técnica para correções na estrutura e renovação da pintura.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PRIORIDADES DO PDDE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas. <p>Lembrete: 80% custeio 20% capital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Custeio: Materiais de limpeza, expediente e pedagógico e pequenos reparos; • Capital: a ser definido junto ao Conselho Escolar da escola, buscando atender as demandas escolares.

**SITUAÇÃO LEGAL
DA INSTITUIÇÃO**

- Em dia com a documentação exigida pela legislação

- Continuar efetuando a documentação de acordo com as normas legislativas e datas marcadas

13. Referências Bibliográficas

- BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologia do projeto. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Para a Formação de Professores. MEC/SEF. Brasília, 1999.
- _____. Lei 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.
- CBMM/ Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/ UNICEF/ Oficina de Ideias. 10 medidas básicas para a infância brasileira. São Paulo, 1994.
- DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEWEY, J. Como pensamos. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.
- DOMINGUES, José Luís. O cotidiano da escola de 1º Grau: o sonho e a realidade. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985.
- HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
- MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização*. São Paulo: Ática, 2001. Vivência e Construção
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Escola, currículo e a construção do conhecimento. In: Escola Básica. Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992.
- RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências*.
- SNIDER, Georges. Alegria na escola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

14. Ata de Aprovação

14. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes

Cristalina/GO; 06 de março 2024.

Aos seis dias do mês de março do ano de 2024, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais da Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2024. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2023 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2024. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
<u>Dirlei Dal'Maz Teixeira</u>	Diretora	<u>Dirlei Dal'Maz Teixeira</u>
<u>Lidiane Nunes Siqueira</u>	Coord. Pedagógica	<u>Lidiane Nunes Siqueira</u>
<u>Iva Néia</u>	Secretária Geral	<u>Iva Néia</u>
<u>Elaine Francisco Xavier</u>	Professora	<u>Elaine F. Xavier</u>
<u>Keila Joaquim de Lima</u>	Professora	<u>Keila Joaquim de Lima</u>
<u>Jailma Valeriano da Silva</u>	Merendeira	<u>Jailma Valeriano da Silva</u>
<u>Juliana Maria da Rocha Rodrigues</u>	Professora	<u>Juliana Maria da Rocha Rodrigues</u>
<u>Adriane da Silva de Jesus</u>	Professora	<u>Adriane da Silva de Jesus</u>
<u>Fábio Wesley dos Santos Oliveira</u>	Professor	<u>Fábio Wesley dos Santos Oliveira</u>
<u>Eliane Francisco do Nascimento Braga</u>	Professora	<u>Eliane Francisco do Nascimento Braga</u>
<u>Rita Paula Vieira dos Santos</u>	Professora	<u>Rita Paula Vieira dos Santos</u>
<u>Kauane Gomes Figueiredo</u>	A.S.G.	<u>Kauane G. Figueiredo</u>
<u>Fabiana de Jesus Santos Dias</u>	A.S.G.	<u>Fabiana de Jesus Santos Dias</u>
<u>Josiene Oliveira Nunes</u>	Monitora	<u>Josiene Oliveira Nunes</u>
<u>Samara Nunes Casal</u>	Monitora	<u>Samara Nunes Casal</u>

Assinatura dos pais e/ou responsáveis:

Dulcineia dos Santos
Krawula Lourenço da Silva
Claire Françoise Xavier
Rafael dos Reis Lima
Ana Luícia de Almeida
Michelle Pereira
Kátia Mariana Castro
Rosimaria Maciel Borges
Patrícia Geovana da Silva
Márcia Ana Claudina
Raulo Mathias R de Freitas
Emília da Silva Costa
Dulcineia Trápaga dos Santos
Ana Luíza Alves de Oliveira
Julia Rodrigues dos Reis
Eustáquio B. da Silva
Smerci Souza Gomes Ferreira
William Ribeiro da Silva
Ana Paula Lima da Silva
Claudia Pereira da Silva

15. Anexos



<https://drive.google.com/drive/folders/1yvx00GPPXSbnnzBxS6xfNYmRic8RNne8>



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi analisado o PPP – Projeto Político Pedagógico da **Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes**. O documento foi elaborado para vigorar no ano letivo de 2024. A análise foi feita através da leitura do documento que explicita em seu texto apresentação, identificação, oferta de ensino, histórico e missão da unidade escolar. Apresenta o diagnóstico institucional com a contextualização de suas Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades e Resultados em Avaliações Externas. Está explicitada ainda, a função social, a missão e os objetivos que norteiam o agir institucional a fim de que os planos de ação traçados no PPP assegurem o sucesso da instituição.

Com relação a estrutura e funcionamento, estão descritos os aspectos administrativos, recursos materiais e humanos; composição das equipes; nível de organização da escola; qualificação dos professores; e infraestrutura. Destaca-se que em consonância com os Princípios Legais norteadores da Educação Básica a proposta pedagógica do documento contempla o estabelecido pela Lei no 9.394/96, que estabelece os atuais princípios e fins da educação brasileira; a Lei no 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade; as Normas estabelecidas pela Lei no 12.796/2013 que alterou a LDB, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade e englobando, ainda, a educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; e o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, que norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes na instituição escolar.

O Projeto Político Pedagógico traz ainda a exposição dos princípios epistemológicos, éticos, estético e didático-pedagógico. Este último contemplando o direcionamento para concretização das aprendizagens essenciais definidas na Base Nacional Comum Curricular. As matrizes curriculares apresentadas são devidamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação em conformidade com as modalidades de ensino autorizadas à instituição na Educação Básica.

Os objetos de conhecimento propostos seguem as orientações de desenvolvimento de objetivos de aprendizagens, habilidades e competências conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular da Educação (BNCC) e o Plano Curricular Municipal, contempla os projetos pedagógicos a serem

desenvolvidos no período de vigência do PPP, municipalizados e institucionais bem como os critérios de avaliação e orientações metodológicas e de intervenção pedagógica, esta última contempla o Regime de Estudos Não Presencial e o ensino híbrido que poderá ser utilizado com a suspensão das atividades escolares presenciais na Rede Municipal por razões de ordem pública determinadas por Decreto tal como ocorreu na pandemia de Covid-19.

A ata de aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar revela a construção coletiva e cooperativa do documento o que fortalece a gestão democrática e autonomia da instituição. Diante de todo o exposto, feita a análise documental e, atendidas as orientações pedagógicas e legais o Projeto Político Pedagógico da **Escola Municipal Professora Maria Helena de Abreu Moraes** está apto aprovação.

Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação

Cristalina, 21 de março de 2024.


Denísia Ferreira da Silva
Coordenadora Pedagógica/SME